



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XVIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

A Política Externa Brasileira de Lula (2007-2010) e de Dilma (2011-2014): Da Ascensão ao Declínio Internacional

João Batista de Oliveira Neto

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais
pela Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Doutor Virgílio Caixeta Arraes

Brasília

2016

Resumo

O presente artigo compara a política externa brasileira do segundo mandato do Presidente Lula (2007-2010) com a do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff (2011-2014). A análise, durante esse período, se concentra nas prioridades da política externa do Brasil, ou seja, as relações do país com seus vizinhos na América do Sul, com os EUA, a participação do Brasil em organizações internacionais e em algumas das principais questões mundiais, como a crise financeira de 2008 e os debates sobre meio ambiente.

Abstract

This article compares the Brazilian foreign policy of President Lula's second mandate (2007-2010) with the foreign policy of President Dilma Rousseff's first mandate (2011-2014). The analysis during this period focuses on the priorities of Brazil's foreign policy, that is, country's relations with its neighbors in South America, with the USA, Brazil's participation in international organizations and in some of the major global issues, such as the financial crisis of 2008 and the debates about environment.

Palavras-Chave: Brasil. Política Externa. Presidente. Lula. Dilma Rousseff. Estados Unidos. América do Sul. Organizações Internacionais.

Introdução

Em 2003, teve início o Governo Lula. A política externa do presidente brasileiro tinha como objetivo projetar o Brasil no cenário internacional, posição que foi reiterada pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Assim, durante o Governo Lula, o Brasil tomou uma série de medidas, como parte do projeto de tornar-se um ator-global (ROMERO, 2005). Apesar de ter recebido críticas, a política externa brasileira deste período também foi muito elogiada por acadêmicos e profissionais da área diplomática; e o Presidente Lula adquiriu considerável respeito internacionalmente.

Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita Presidente, vindo a tomar posse no ano seguinte. Embora tenha prometido dar continuidade ao governo de seu antecessor, a política externa de Dilma não teve o mesmo reconhecimento por parte dos analistas. O que sugere, portanto, que alguma mudança deve ter ocorrido.

Com o objetivo de identificar essa diferença, o presente trabalho analisa as relações internacionais do Brasil e a inserção internacional do país nos governos Lula e Dilma de forma comparada. Tendo em vista que o governo de Dilma foi mais curto do que o de Lula, este trabalho, a fim de igualar o marco temporal, foca a sua análise no segundo mandato de Lula (2007-2010) e no primeiro de Dilma (2011-2014). São mostradas as prioridades da política externa brasileira, como o Brasil atuou no cenário internacional e como se deram as relações entre o país e as demais nações.

O presente trabalho se constituiu numa pesquisa em que se busca descrever as características de um determinado fenômeno, ou seja, uma pesquisa descritiva. Ela é definida por Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian e Roberto da Silva (2007) como uma pesquisa que procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características com a maior precisão possível. Dessa forma, identificará as diferenças entre os dois governos, em relação à política externa brasileira.

Como teoria de base, o trabalho utiliza o construtivismo. Isso porque, no período estudado, a política externa brasileira acreditou na ideia de que o mundo não é imutável e pode ser transformado conforme os agentes atuam nele, uma característica da teoria construtivista. Além disto, para entender as intenções da política externa brasileira no período estudado, serão analisados os discursos dos presidentes e dos Ministros de Estado. Uma das premissas do construtivismo, embora não comum a todos os teóricos, é a análise do discurso. As normas e regras que regem o discurso são centrais na análise das Relações Internacionais e dos eventos sociais em geral, de acordo com a teoria construtivista (NOGUEIRA & MESSARI, 2005).

A política externa é a forma de um país se apresentar e se relacionar com o mundo. De modo que uma análise da política externa brasileira dos Governos Lula e Dilma possibilitará uma maior compreensão das relações internacionais do Brasil e a inserção internacional do país neste início de século XXI.

Assim, busca-se, nesta pesquisa, responder a seguinte pergunta: Como a política externa brasileira do primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2014) se diferenciou do segundo mandato de Lula (2007-2010)?

1. Contextualização: O Primeiro Mandato de Lula (2003-2006)

Em sua reeleição, em 2006, o Presidente Lula prometeu dar continuidade aos projetos de seu primeiro mandato (2003-2006). Entre eles, a sua política externa. Quando assumiu o governo pela primeira vez, em 2003, Lula destacou logo em seu discurso de posse quais seriam as prioridades da política externa brasileira (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003):

[...] A grande prioridade da política externa no meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. [...] Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a

Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. [...] A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre seus membros permanentes. [...]

No cenário internacional do século XXI, os emergentes se propõem a democratizar a ordem da globalização, e a política externa brasileira tentou seguir essa linha, ao incorporar o conceito de “multilateralismo da reciprocidade” (CERVO & BUENO, 2011). Por “multilateralismo da reciprocidade”, entende-se que o sistema internacional é composto por regras, as quais deveriam ser elaboradas em conjunto para evitar que prevalecessem os interesses de uns em detrimento de outros. Assim, a política externa de Lula buscou fortalecer o Brasil no cenário internacional por meio de alianças com os países do sul. Como parte dessa estratégia, surgiram grupos como o G20 comercial, o IBAS¹ e o BRICS². Foi também criado o G-4, grupo que está relacionado à outra prioridade da política externa de Lula: a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, o G-4 defende a reforma do Conselho e a entrada desses quatro países como membros permanentes. Em 2005, os países do G-4 chegaram a apresentar sua proposta de reforma na Assembleia Geral da ONU, como um projeto de resolução. Entretanto, houve discordâncias sobre os termos da reforma – principalmente a extensão ou não do poder de veto aos novos membros-permanentes – e a oposição da China (que não apoia a entrada do Japão) e dos Estados Unidos (que apoiaram somente a entrada da Índia e do Japão). Assim, a questão da reforma não foi posta para votação, ficando suspensa indefinidamente.

Quando foi Ministro das Relações Exteriores pela primeira vez, no Governo Itamar Franco (1992-1994), Celso Amorim já havia defendido a reforma do

¹ Grupo formado por Brasil, Índia e África do Sul, e que incentiva a cooperação internacional entre os três países-membros em várias áreas, como comércio, defesa, ciência e tecnologia.

² Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul para aproveitar as possibilidades de mercado entre estes países emergentes.

Conselho de Segurança da ONU e a entrada do Brasil como membro permanente. Na época, Japão e Alemanha foram fortemente cotados a entrar no órgão, mas o chanceler brasileiro chamou a atenção para a necessidade de se fazer uma reforma que incluísse os países em desenvolvimento. Sobre isso, falou Celso Amorim (1998, p.7):

[...] Sem contestarmos a lógica segundo a qual a expressão política e econômica do Japão e da Alemanha no atual cenário internacional deveria refletir-se em uma elevação de seu status no Conselho de Segurança, insistimos na inaceitabilidade de uma reforma que, ao contemplar apenas novos membros permanentes do mundo industrializado, agravaria os atuais desequilíbrios na composição do órgão. Até porque há no mundo em desenvolvimento países de sólida reputação diplomática e que, por seu peso político, econômico e demográfico estariam igualmente qualificados a integrar o CSNU como membros permanentes.

Depois que Amorim retornou ao Itamaraty, no Governo Lula, essa ideia de representatividade foi retomada pela política externa brasileira. A questão levantada é de que o Conselho de Segurança da ONU permanece com uma estrutura bastante próxima de quando foi criado após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. Assim, o órgão não reflete o cenário internacional contemporâneo, sobretudo com as mudanças ocorridas após o fim da Guerra Fria, daí a necessidade de uma reforma.

A principal premissa do construtivismo é de que o mundo é socialmente construído (NOGUEIRA & MESSARI, 2005). O argumento brasileiro pelo assento permanente no Conselho de Segurança, ao sustentar a tese de que o cenário internacional mudou com a emergência de novos temas e atores estatais, remete a teoria construtivista. Já as dificuldades para a concretização da reforma, em 2005, estão relacionadas às ideias de um teórico construtivista, Alexander Wendt. Segundo Wendt (1992), o sistema social confronta seus membros com um fato que reforça comportamentos e desencoraja outros, de modo que as possibilidades de mudança dependem de que se haverá espaço para ações que se desviem do roteiro previsto. Neste caso, poderia se dizer que a proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU foi levada adiante por um grupo de países e desencorajada por outros, e sua concretização ficou dependente da vontade dos membros permanentes em permitir

espaços para mudanças na estrutura inicialmente prevista para o órgão, no imediato pós-Segunda Guerra.

Além do G-4, o envio de tropas brasileiras para o Haiti em 2004 também está relacionado à aspiração do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança. Segundo Eugênio Diniz (2006), ao liderar a missão das Nações Unidas no Haiti, o Brasil aumentaria sua participação ativa na ONU e fortaleceria, ou ao menos legitimaria, de certa forma, a liderança brasileira na América do Sul perante o P-5³ – na medida em que o Brasil coordenaria a resposta do continente a uma crise em uma região vizinha. Portanto, a decisão brasileira de participar da missão no Haiti também poderia fortalecer o pleito do Brasil pelo assento permanente⁴.

Entretanto, na América do Sul, a diplomacia brasileira enfrentou dificuldades durante o primeiro mandato de Lula. A Argentina não apoiou a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e exigiu que fossem feitas mudanças nas regras do Mercosul; enquanto os demais países sul-americanos começaram a firmar tratados de livre-comércio com os Estados Unidos como uma forma de isolar o Brasil e a Argentina (MAGNOLI, 2007). O fortalecimento do Mercosul era visto pelo governo brasileiro como o centro de uma visão geopolítica, segundo a qual o Brasil poderia influir para evitar a vinculação da região aos interesses de outras potências, como os Estados Unidos (BARBOSA, 2008). Entretanto, o Brasil não demonstrou estar preparado para enfrentar as crises regionais e o desafio da crescente importância de outros atores atuando na região (BARBOSA, 2008). Também não deixou claros os objetivos políticos e econômicos nem as prioridades para o desenvolvimento de uma agenda brasileira para a região, como foi possível ver, por exemplo, no fato do Brasil ter assistido passivamente Uruguai e Paraguai ameaçarem sair do Mercosul e ter timidamente defendido os interesses do país e da Petrobrás na Bolívia (BARBOSA, 2008). Em 2005, a Venezuela manifestou interesse em ingressar no Mercosul. A entrada da Venezuela podia

³ Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, China e França.

⁴ Porém, a União Africana e parte da sociedade haitiana criticaram a missão no país caribenho.

atender aos interesses de Hugo Chávez mas não necessariamente aos do Brasil⁵, já que a política externa venezuelana nutre-se do antiamericanismo (ao contrário da brasileira, que mantém a parceria histórica com os Estados Unidos) e, no bloco, Chávez ofereceu a possibilidade de uma parceria com a Argentina que reduz o peso dos interesses brasileiros (MAGNOLI, 2007).

Algumas das parcerias firmadas nesse período, como com a China e a Rússia, começaram a se moldar no final do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mas Lula deu a elas uma nova ênfase na agenda internacional brasileira (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011). No caso da China, apesar das críticas, o Brasil a defendeu na área de direitos humanos e tratou o país como uma economia de mercado, mesmo com a forte oposição da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Isso demonstra que a política externa brasileira deixou à margem atores importantes da sociedade civil, alguns deles foram afetados pela concorrência “desleal” chinesa (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011). Apesar da aproximação entre os dois países, a China não apoiou o Brasil na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, nem nas negociações da Rodada de Doha. No caso do pleito da ONU, um dos motivos do país não ter apoiado o Brasil foi o receio da China de que uma reforma da ONU pudesse diminuir o status internacional chinês. Isso corrobora para a ideia de Alexander Wendt (1992), segundo a qual o mundo é socialmente construído mas, com o interesse dos atores em manter estáveis seus papéis de identidade, não se torna necessariamente maleável. Em relação à Rússia, o Brasil apoiou a entrada do país na OMC, em troca de ter uma abertura maior do mercado russo à entrada das carnes brasileiras.

Com os Estados Unidos, parceiro estratégico histórico, houve algumas divergências, como o contencioso do algodão na OMC e o não apoio do Brasil à invasão do Iraque em 2003⁶. Mas os presidentes dos dois países também buscaram o diálogo, como foi possível observar na visita de Bush ao Brasil em 2005 (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011).

⁵ Mas como a Venezuela representa um grande mercado para os produtos brasileiros, o Brasil apoiou a entrada dela no Mercosul.

⁶ Após a nova Constituição do Iraque, o Brasil diminuiu as críticas à invasão, apesar da permanência das tropas americanas em solo iraquiano.

Por fim, mais uma característica da política externa brasileira no primeiro mandato de Lula (2003-2006) foi a maior aproximação com a África. O presidente brasileiro visitou vários países africanos, com o objetivo de estreitar a cooperação internacional entre o Brasil e o continente. Em 2006, foi realizada a primeira cúpula África-América do Sul, patrocinada por Brasil e Nigéria, na cidade nigeriana de Abuja. Sobre a cúpula, destaca Amado Luiz Cervo (2008, p.297):

[...] Embora tenha comparecido apenas um terço dos chefes de Estado e de Governo dos sessenta e seis países que somam as duas áreas, a reunião colhe frutos de bom porte: intensifica o diálogo entre África e América do Sul, que compartilham história e interesses comuns; amplia o comércio brasileiro, que em 2005 já passava de doze bilhões de dólares nessa rota; facilita investimentos de empresas brasileiras; propaga produtos de invenção nacional como o biodiesel; serve, enfim, de plataforma para pleitos brasileiros na OMC, na ONU e em outros foros multilaterais.

Contudo, alguns diplomatas (de forma reservada) e setores da sociedade brasileira criticaram a aproximação do Brasil com a África em vez de estreitar laços com os parceiros tradicionais do país – Estados Unidos e Europa. Persistiu o elitismo burocrático. Assim, a aproximação com os países africanos acabou não tendo tanta profundidade, embora fosse defendida por Lula e Celso Amorim.

2. O Segundo Mandato de Lula (2007-2010)

Segundo Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2011), durante o primeiro mandato de Lula, a política externa brasileira seguiu algumas diretrizes, que se desdobraram no segundo período. Foram elas: 1) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, como forma de atenuar o unilateralismo; 2) fortalecer as relações bilaterais e multilaterais para aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; 3) aprofundar as relações diplomáticas para aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio cultural, tecnológico, econômico e financeiro; 4) evitar acordos que pudessem comprometer o desenvolvimento nacional

em longo prazo. Ainda segundo os autores, a política externa brasileira, durante o Governo Lula, adotou a estratégia de “autonomia pela diversificação”, que se aprofundou no segundo mandato do Presidente; e as mudanças decorrentes dessa forma de inserção internacional também foram mais importantes neste período. Por “autonomia pela diversificação”, entende-se que o país, para reduzir assimetrias nas relações com as potências mundiais, busca formar alianças com os países em desenvolvimento, com parceiros não tradicionais e alianças regionais, priorizando o diálogo Sul-Sul.

Na América do Sul, o Brasil seguiu tentando fortalecer a integração regional. Um exemplo nesse sentido foi a criação da Unidade de Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008. Sobre a Unasul, destaca Paulo Fagundes Visentini (2013, p. 120):

[...] Houve a consolidação da Unasul como fórum político sul-americano, tanto institucionalmente quanto frente a desafios reais. Exemplo desses avanços foi a aprovação da cláusula democrática para impedir a destituição irregular de governos de direito, bem como a evolução das discussões sobre o controle coordenado da presença de bases estrangeiras na América do Sul, sobretudo em vista do caso colombiano. A inauguração da ponte sobre o rio Tacutu na fronteira entre Brasil e Guiana é exemplo do processo de integração física da América do Sul. A postura brasileira de promoção de um desenvolvimento associado do subcontinente foi também exemplificada pela assinatura de acordo sobre a cessão de energia gerada pela Itaipu Binacional, que triplicou a quantia paga pelo Brasil ao Paraguai pela energia importada pelo Brasil.

A Unasul também atuou no restabelecimento de relações diplomáticas entre Venezuela e Colômbia. Ainda em 2008, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Em março de 2009, foi realizada a primeira reunião do CDS, que previu a concretização de um inventário da atual capacidade militar de todos os membros da Unasul, o acompanhamento dos gastos do setor de defesa da região, a criação de um Centro de Estudos Estratégicos de Defesa e, finalmente, a elaboração de uma doutrina de defesa comum (VISENTINI, 2013).

Aos poucos, foram sendo demonstradas a vontade de aceitar o Brasil como líder natural da América do Sul (embora esse consenso não existisse no Mercosul) e de cooperar; exemplos nesse sentido foram o apoio de vários países – como Peru,

Venezuela e Bolívia – ao Brasil na candidatura ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a ajuda brasileira na condução dos negócios dos vizinhos, através da concessão de crédito, incentivo e promoção de comércio equilibrado (BECARD, 2009).

Com os Estados Unidos, quando George W. Bush ainda era o presidente estadunidense, o Brasil seguiu buscando manter o diálogo, sobretudo em questões comerciais. Em 2007, Bush visitou o Brasil novamente e Lula foi aos Estados Unidos. Nesses encontros, os dois presidentes trataram do maior acesso dos produtos brasileiros ao mercado estadunidense, um possível acordo sobre o etanol e as ações do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, fortemente contrário aos Estados Unidos. Após a posse de Barack Obama, em janeiro de 2009, houve uma maior afinidade em questões ambientais e de segurança internacional, embora pudessem surgir dificuldades nas questões comerciais (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011). Contudo, em 2010, os dois países chegaram a um acordo comercial em relação ao contencioso do algodão na OMC. Pelo acordo, seria criado um fundo de apoio aos produtores brasileiros de algodão, no qual os Estados Unidos contribuiriam com US\$ 147,3 milhões anuais. Em 2009, a OMC havia autorizado o Brasil a impor sanções comerciais contra os Estados Unidos, que incluíam o aumento da tarifa sobre importações de bens, mas o acordo possibilitou evitar as sanções. Além disso, em 2010, os dois países assinaram um acordo de cooperação em defesa, o que demonstrou que Brasil e Estados Unidos mantinham relações amigáveis, apesar dos contenciosos (VISENTINI, 2013). Porém, a visita do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil foi criticada nos Estados Unidos. Em algumas questões, que serão analisadas posteriormente, os dois países mantinham posições diversas.

A reforma do Conselho de Segurança da ONU e a busca de um assento permanente para o Brasil continuaram a ser prioritárias, apesar das dificuldades observadas em 2005. Além de procurar apoio regionalmente, Lula viajou para Finlândia, Suécia, Noruega e Dinamarca em 2007 – as primeiras viagens de um presidente brasileiro aos quatro países. As visitas tiveram como objetivo aprofundar o intercâmbio comercial e a cooperação e, no plano multilateral, debater a reforma das Nações Unidas, bem como a ação conjunta do Brasil e desses quatro países em

áreas como ajuda ao desenvolvimento, desarmamento e direitos humanos (BECARD, 2009). O Brasil continuou participando do G-4. Ainda em 2007, a França declarou apoio ao pleito brasileiro e, em 2010, o Reino Unido tomou a mesma posição.

A crise financeira de 2008, que se iniciou nos Estados Unidos, mostrou um novo equilíbrio na economia internacional: de um lado, os países emergentes, como o Brasil, com boa regulação, alta produtividade, produção e exportação, além de detentores de muitos títulos do tesouro dos Estados Unidos, enquanto os países do centro do capitalismo demonstravam regulação insuficiente, especulação, endividamento público, baixa poupança, consumismo e importações elevadas (CERVO & BUENO, 2011). A crise, desse modo, evidenciou o acerto da política econômica internacional do Brasil e a importância da manutenção das relações com os países emergentes, como Índia e China (CERVO & BUENO, 2011; VIGEVANI & CEPALUNI, 2011).

Segundo Paulo Fagundes Visentini (2013), o ano de 2009 foi um dos mais exemplares da diplomacia “ativa e afirmativa” do Governo Lula. Em um contexto de crise financeira e econômica mundial, iniciada no ano anterior, o Brasil teve um protagonismo em conjunturas e eventos de grande importância, como a atuação no G-20 financeiro, a contenção da crise internacional, bem como tratar dos conflitos do Oriente Médio. Simultaneamente, o país continuou buscando novos parceiros e mercados consumidores, como demonstrou o fortalecimento do Mercosul e da Unasul e o estabelecimento de relações diplomáticas com países asiáticos. Ainda segundo o autor, o Brasil teve relevância em dois eventos ocorridos em Copenhague naquele ano. O primeiro foi a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. O segundo foi a Convenção da ONU sobre Mudança do Clima (COP 15), em que o país comprometeu-se a reduzir, de forma significativa, sua emissão de CO₂ e exigiu que o mesmo fosse feito pelos países desenvolvidos. Graças a esse esforço brasileiro, o Rio de Janeiro foi escolhido como sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20) em 2012.

Ainda em 2009, uma crise política se instalou em Honduras. O então Presidente hondurenho, Manuel Zelaya, quis realizar um referendo sobre a possibilidade de mudar a Constituição do país. A medida, no entanto, não foi bem

vista pelos militares hondurenhos. Segundo a própria Constituição de Honduras, ela não pode ser alterada. Para os militares, o referendo proposto por Zelaya era uma tentativa de violar a Constituição para garantir a reeleição do Presidente, nas eleições que aconteceriam em novembro. Assim, na manhã do dia 28 de junho de 2009, os militares invadiram a casa de Manuel Zelaya e o levaram para a Costa Rica, expulsando-o de Honduras. A Suprema Corte e o Congresso Nacional também votaram pela saída de Zelaya. Entretanto, a comunidade internacional condenou veementemente os acontecimentos, principalmente porque a expulsão de uma pessoa do país também é proibida pela Constituição Hondurenha. Vários países não reconheceram o novo governo de Honduras e o país foi suspenso da OEA. Este foi um ponto em que os Estados Unidos e o Brasil mostraram posições diversas. Os norte-americanos reconheceram o governo interino de Honduras e pediram a readmissão do país na OEA. Já os brasileiros foram contrários ao retorno de Honduras à organização e, além de não reconhecer o governo interino, também chegaram a cortar relações diplomáticas com o país da América Central. Em 21 de setembro, Zelaya retornou em segredo à Honduras. O governo do Brasil apoiou o Presidente deposto, lhe concedendo abrigo na embaixada brasileira em Tegucigalpa. De dentro da embaixada, Zelaya passou a fazer comício, reunindo simpatizantes contra o governo de Honduras. A diplomacia brasileira recebeu críticas por ter permitido tal situação dentro da embaixada e os militares hondurenhos chegaram a ameaçar invadi-la. Zelaya queria retornar ao poder antes das eleições, o que o governo brasileiro também defendia, mas nenhum acordo sobre isso foi feito. Em 29 de novembro, o candidato Porfírio Lobo venceu as eleições. Logo em seguida, a Suprema Corte do país reconheceu que a expulsão de Zelaya em junho havia sido um erro. Porfírio fez então um acordo para que Zelaya deixasse a embaixada brasileira e, em janeiro de 2010, o Presidente deposto foi para a República Dominicana. Aos poucos, o governo eleito de Honduras foi recuperando o reconhecimento de outros países. Em 2011, Honduras foi readmitida na OEA. Como condição para isso, um grupo de países, entre eles o Brasil, defendia o retorno de Zelaya à Honduras, que ocorreu no mesmo ano, antes da readmissão. A participação do Brasil na crise em Honduras mostrou o interesse do país pela região da América Central, mas o

envolvimento da diplomacia brasileira no caso foi desastroso (CERVO & BUENO, 2011).

Nos primeiros meses de 2010, os países do Conselho de Segurança da ONU discutiam a possibilidade de aplicar sanções comerciais ao Irã, em retaliação ao programa nuclear do país. Mahmoud Ahmadinejad, Presidente iraniano, se recusou a permitir que os inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica vissem como o programa funcionava, o que levantou suspeita de que o Irã estaria produzindo uma bomba atômica. Mas o governo iraniano negava isso e defendia que o programa nuclear tinha fins pacíficos. O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, enviou uma carta à Lula lhe pedindo apoio para encontrar uma solução para a crise. O Brasil então interveio e, conjuntamente com a Turquia, firmou um acordo com o Irã em 17 de maio de 2010. Baseado em uma proposta da Agência Internacional de Energia Atômica, do final de 2009, o acordo previa que o Irã iria enviar para a Turquia 1.200 kg de urânio levemente enriquecido e, em troca, receberia combustível para um reator nuclear de pesquisas médicas. No entanto, os Estados Unidos e as demais potências do Conselho de Segurança da ONU não reconheceram o acordo. Sobre esse tema, destacam Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2011, p. 557):

[...] A secretária de Estado, Hillary Clinton, expressou na ocasião a indignação da opinião conservadora dos Estados Unidos contra essa ingerência ingênua da diplomacia brasileira em área de tradicional envolvimento militar das potências ocidentais.

Este foi outro caso em que Brasil e Estados Unidos mostraram posições diferentes. Enquanto os norte-americanos acreditam poder controlar o Irã por meio de embargos e outras medidas repressoras, os brasileiros não acreditam em sanções e sim em acordos balanceados, mas ambos querem incluir o Irã nos principais regimes internacionais, inclusive nos relacionados à energia nuclear, o que mostra que a estratégia brasileira não é contrária aos interesses dos Estados Unidos (VIGEVANI & CEPALUNI, 2011). Sem o apoio das potências mundiais, o acordo não foi para

frente e, em junho, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma nova rodada de sanções contra o Irã.

Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2011), o Governo Lula marcou um novo paradigma para as relações internacionais do Brasil: o Logístico. Este é aquele Estado que recupera o planejamento estratégico do desenvolvimento e busca a inserção internacional por meio de um intenso diálogo com atores importantes da sociedade, lhes concedendo apoio e legitimação para as suas iniciativas, bem como lhes transferir poder e responsabilidade. O Estado Logístico não busca somente prestar serviços – como fez o Estado brasileiro desde a ascensão de Getúlio Vargas até o final dos anos 1980 –, nem a assistir passivamente as forças de mercado e os poderes hegemônicos – como o Brasil fez na década de 1990, época do neoliberalismo. Ainda sobre o Estado Logístico, destacam Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2011, p. 529):

Três causalidades colaboram para a consolidação do Estado logístico no Brasil de Lula: a) a sociedade encontra-se em nível avançado de organização, com suas federações de classe articulando industriais, agricultores, banqueiros, operários, comerciantes e consumidores, condição que facilita a função de coordenação superior do Estado guiado pelo interesse nacional, soma dos interesses setoriais; b) a estabilidade política e econômica, que sugere associar a lógica da governabilidade interna com a lógica da governança global; c) o nível avançado dos agentes econômicos e sociais em termos de organização empresarial e competitividade sistêmica.

Embora o paradigma Logístico costume ser citado na literatura como um dos elementos que marcaram o Governo Lula, não há consenso sobre a sua consolidação neste período.

À frente do Itamaraty, Celso Amorim definiu a política externa brasileira de então como “altiva e ativa”. Altiva por não se submeter aos ditames de outras nações, ainda que mais poderosas que o Brasil; e ativa por promover novos temas, agendas e iniciativas, levando o Brasil a um maior protagonismo internacional.

3. O Primeiro Mandato de Dilma (2011-2014)

Dilma Rousseff foi eleita Presidente do Brasil em 2010 prometendo dar continuidade ao Governo Lula; e a política externa brasileira também está incluída nisso. A Presidente demonstrou ter um perfil mais técnico, centralizador e introspectivo do que seu antecessor, mas manteve os principais aspectos da diplomacia anterior e mostrou algumas especificidades, como a reaproximação com os Estados Unidos e nova ênfase à agenda dos direitos humanos (VISENTINI, 2013). Os temas tratados pela política externa de Lula, como a integração sul-americana, as parcerias Sul-Sul, a defesa da reforma das Nações Unidas e a busca de um assento permanente nele continuaram presentes durante o Governo Dilma.

Entretanto, observou-se uma falta de inovação e problemas internos, o que acabou comprometendo a formulação de uma estratégia de inserção internacional do Brasil neste período. Como destacam Amado Luiz Cervo e Antônio Carlos Lessa (2014, p. 134):

Sem novos conceitos e sem diálogo com a sociedade, o primeiro termo de Rousseff no poder tolheu eficiência aos fundamentos internos e falhou em outros dois pontos ao abrir o caminho do declínio internacional: não formulou uma política de comércio exterior, apesar do malogro da fase anterior nesse aspecto, e não programou junto com o empresariado uma estratégia de inovação exigida pela competitividade sistêmica de economias internacionalizadas. Apenas dará continuidade lerda e obstruída às estratégias externas da fase anterior.

No plano regional, o Brasil seguiu propondo políticas de promoção comercial dentro do Mercosul e a Presidente Dilma viajou para Argentina, Uruguai, Paraguai e Peru ainda em 2011. No mesmo ano, o país ratificou o tratado constitutivo da Unasul, após o mesmo ter sido aprovado no Congresso Nacional. Em 2012, o Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, sofreu um processo de impeachment que foi criticado pelo Brasil e os demais países do Mercosul e da Unasul. Sob a alegação de que o processo não deu pleno direito de defesa à Lugo, o Brasil apoiou a suspensão do Paraguai dos dois blocos. Como resultado, a Venezuela foi finalmente aceita

como membro do Mercosul, pois o Paraguai era o único que ainda não aceitava a entrada do país de Hugo Chávez no bloco. O Paraguai só voltou a participar do Mercosul após as eleições de 2013, em que Horácio Cartes se tornou o Presidente, e a aprovação da entrada da Venezuela no bloco pelo Congresso paraguaio, em dezembro do mesmo ano.

Já em relação ao plano multilateral, o tema da reforma do Conselho de Segurança e a busca de um assento permanente para o Brasil não foi esquecido, mas ofuscado na política exterior de Rouseff (CERVO & LESSA, 2014). A presidente continuou defendendo o tema em discursos, mas não tomou novas iniciativas ou usou de grandes esforços na empreitada, como fez seu antecessor. Mas observou-se, no plano multilateral, a ênfase ao tema dos direitos humanos, feita através das operações de paz da ONU como afirmam Amado Luiz Cervo e Antônio Carlos Lessa (2014, p. 137):

A coerência da política externa brasileira em matéria de segurança internacional aplica-se às operações de paz sob o patrocínio da ONU e, por esta via, vinculam-se aos direitos humanos. Expressando tal raciocínio acerca das operações de paz, o Ministro brasileiro de relações exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, advogava, em 2012, a favor dessas normas de conduta: soluções multilaterais para conflitos, uso da força apenas em defesa das tropas e do mandato específico da ONU, não ingerência em assuntos internos do Estado anfitrião e substituição de funções do Estado débil como proteção de civis e ação humanitária coletiva, quando necessário. Em razão de tais princípios e de sua experiência histórica, a ONU escolheu o Brasil para dirigir as forças destinadas à Missão de Paz no Haiti, a Minustah. Lembrava Patriota o continente de cerca de 1900 homens e mulheres brasileiros no Haiti, além de presença em outras treze missões de paz da ONU.

A outra especificidade da política externa de Dilma foi, como já comentado, a maior aproximação com os Estados Unidos. Em 2011, Obama visitou o Brasil. Na ocasião, foram firmados vários acordos entre Brasil e Estados Unidos, como de comércio, transportes, cooperação técnica, biocombustíveis e aperfeiçoamento de pessoal. Além disso, o Presidente estadunidense demonstrou apreço pelo pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ao reconhecer que o país seria um líder global que precisa ter voz no cenário internacional. Em 2012, Dilma retribuiu, visitou os Estados Unidos e firmou mais

acordos para estreitar a parceria bilateral. Um ano depois, as denúncias de que a Agência Nacional de Segurança (NSA) espionava o governo brasileiro chegaram a causar o desentendimento das relações entre os dois países. Dilma cancelou a viagem que faria aos Estados Unidos em 2013 e, na Assembleia Geral da ONU, criticou a espionagem. O Brasil ainda tomou uma resolução contrária à espionagem, em conjunto com a Alemanha, outro país vigiado pela NSA. Mas o Presidente Obama pediu desculpas pelo ocorrido⁷ e a parceria entre os dois países logo foi retomada. A viagem de Dilma aos Estados Unidos, que tinha sido cancelada, foi remarcada para 2015, já no segundo mandato da Presidente brasileira.

Entretanto, embora tenha mantido a base deixada por Lula e mostrado algumas especificidades, a Presidente Dilma demonstrou uma política externa menos atuante que seu antecessor. Isso pode ser observado, por exemplo, no número de viagens presidenciais. Em seu primeiro mandato, Lula realizou 106 viagens e visitou 51 países. No segundo mandato, Lula intensificou ainda mais a sua diplomacia presidencial ao realizar 155 viagens e visitar 67 países. Dilma, por sua vez, realizou apenas 62 viagens e visitou 35 países durante o primeiro mandato.

Outras demonstrações de que a política externa da Presidente Dilma não foi tão proativa como a de seu antecessor foram os recursos destinados ao Itamaraty. No Governo Lula, até 2008, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores foi ampliado em 33,7%, assim como o número de diplomatas aumentou de 1.024 em 2003 para 1.380 (MARIN, 2008). Até 2010, mais 100 diplomatas, aproximadamente, entraram no Itamaraty, ampliando ainda mais esse número. O número de vagas ao concurso de admissão à carreira diplomática foi aumentado entre 2007 e 2010: em cada ano, o número de vagas foi, respectivamente, de 101, 115, 105 e 108. Já no Governo Dilma, houve uma diminuição do número de vagas no concurso: de 2011 até 2014, as vagas foram em cada ano, respectivamente, de 26, 30, 30 e 18. Também se observou um corte no orçamento do Ministério. Abaixo, o orçamento do Itamaraty

⁷ Formalmente, as desculpas foram feitas apenas para a Alemanha, mas Obama também buscou o entendimento com Dilma. Para isso, fez uma declaração dizendo que os países amigos dos Estados Unidos não seriam espionados e, no início de 2015, garantiu a Dilma que ligaria para ela sempre que quisesse saber algo sobre a Presidente brasileira.

durante o Governo Lula e o primeiro mandato de Dilma, em milhões de reais, com valores corrigidos pela inflação, de acordo com a Folha de São Paulo (2014):

Ano	Orçamento
2003	R\$ 2.316.1
2004	R\$ 2.410.4
2005	R\$ 2.642
2006	R\$ 2.366
2007	R\$ 2.421.8
2008	R\$ 2.921.3
2009	R\$ 2.352.8
2010	R\$ 2.692.4
2011	R\$ 2.576
2012	R\$ 2.877.1
2013	R\$ 2.671.3
2014	R\$ 2.538.3

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/12/1566948-itamaraty-perde-espaco-no-orcamento.shtml>

Ou seja, em todo o Governo Lula, o orçamento do Itamaraty só sofreu cortes em dois anos, um em cada mandato (2006 e 2009) e teve crescimento significativo. Enquanto que no primeiro mandato de Dilma, o ministério sofreu cortes em quase todos os anos e, conseqüentemente, cresceu menos. Ainda de acordo com a Folha, o enxugamento da pasta de Relações Exteriores fez com que, no final de 2014, o ministério não tivesse pessoal suficiente, conforme estipulado pelo próprio Itamaraty, para atender os 227 postos brasileiros no exterior. A falta de recursos também fez com que as missões comerciais e as participações do Brasil em feiras internacionais caíssem: em 2013, elas eram 180, no ano seguinte, apenas 50.

O Brasil, no primeiro mandato de Dilma, acabou por sofrer um declínio internacional, inclusive dentro dos Brics, como destacam Amado Luiz Cervo e Antônio Carlos Lessa (2014, p. 141):

O declínio do Brasil como potência emergente durante o governo de Rousseff desloca o protagonismo do Brics aos outros dois grandes, Rússia e China. Com efeito, a letargia externa de Rousseff contrasta com a projeção geopolítica russa e econômica chinesa, convergindo os dois quanto à promoção conjugada de suas presenças sobre o continente asiático. Destarte, o Brics mantém consenso em algumas conferências internacionais, no Conselho de Segurança para condenação de intervenções unilaterais da Otan, como também na cooperação sul-sul e na promoção da inclusão social interna e da inclusão das nações mais pobres no sistema internacional.

Como parte do consenso mencionado acima, os países do Brics concordaram em criar um banco para o bloco. A criação do banco foi acertada na VI Cúpula dos Brics, realizada em Fortaleza, no Brasil, em julho de 2014.

No aspecto ambiental, o Brasil de Dilma Rousseff sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012. Participaram 193 países, porém os líderes das nações mais poluidoras do planeta não comparecem ao evento. Entre eles, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ocupado com a campanha pela reeleição. Na Rio+20, a preocupação com a crise econômica na Europa levou muitos países a relutar firmar acordos ambientais. Nesse cenário, a diplomacia brasileira atuou para a concretização de um entendimento. O documento final incluiu o combate à pobreza, algo que Dilma considerou um avanço, mas muitas Organizações Não-Governamentais (ONGs) criticaram o texto por apenas renovar promessas anteriores, sem clareza e sem compromisso com a obrigatoriedade (CERVO & LESSA, 2014).

A diplomacia brasileira obteve algumas vitórias, como a escolha de José Graziano da Silva para Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e a de Roberto Azevedo para Diretor-Geral da OMC. Mas também se observou, como já mencionado, que a política externa não foi tão atuante. Mais um exemplo disso foi a crise na Ucrânia em 2014. Clóvis Rossi

(2014) ressalta que o Brasil não tomou uma posição sequer sobre a crise e optou por silenciar-se, como se o país não fizesse mais parte do mundo. O primeiro argumento para o Brasil não se posicionar teria sido o de que o país não tem que se meter em assuntos de países longínquos – o que vai contra a política externa de Lula. O segundo argumento é de que o governo brasileiro não queria incomodar o Presidente russo, Vladimir Putin, e acabar fazendo-o desistir de comparecer a Cúpula dos Brics naquele ano.

Em 2010, após ter sido eleita, Dilma decidiu manter o Assessor Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, à frente do cargo. Dessa forma, pretendia-se dar continuidade à política externa de Lula para a América do Sul. A Presidente considerou que a relação do Palácio do Planalto (tendo Garcia como assessor) com o Itamaraty na formulação da política externa, durante o Governo Lula, havia dado certo. Garcia, até então, tinha se destacado por sua atuação em temas relacionados à América Latina, na defesa das relações Sul-Sul e de que o país deveria buscar o diálogo com a Venezuela de Hugo Chávez. Contudo, no Governo Dilma, o Ministro das Relações Exteriores passou a fazer, na maioria das vezes, a interlocução do Palácio do Planalto com os chefes de Estado de outros países, o que diminuiu consideravelmente o papel da assessoria. Garcia passou a raramente ter contato com a Presidente e o chanceler brasileiro para tratar de assuntos internacionais (ESTADÃO, 2011).

Ao longo dos primeiros dois anos e meio do mandato, a relação de Dilma com o Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, foi se desgastando. Em 2012, Patriota apoiou a suspensão do Paraguai do Mercosul, mas não concordou que se usasse este fato para incorporar a Venezuela ao bloco – posição diferente da de Dilma. No mesmo ano, a presidente não queria fazer o discurso de abertura da Rio+20 e chegou a discutir com Patriota por telefone, até que decidiu discursar. A decisão de Dilma de fazer o Brasil se abster da votação, na ONU, sobre a guerra civil na Síria gerou revolta dos diplomatas. A Presidente se irritava com questões levantadas por Patriota e via pouca utilidade em algumas viagens que o chanceler insistia que ela fizesse (PARAGUASSU, 2013). Dilma também ficou insatisfeita por Patriota ter reagido de forma amena em relação à espionagem feita pelos Estados

Unidos e pelo caso do brasileiro David Miranda, preso em Londres com base na lei antiterrorista (PINHONI, 2013). Em 2013, o diplomata Eduardo Saboia trouxe ao Brasil o senador boliviano Roger Pinto Molina, que pedia asilo na embaixada brasileira em La Paz, mas a operação foi feita sem autorização do governo brasileiro. O episódio gerou atritos nas relações do Brasil com a Bolívia e revoltou Dilma, o que acabou culminando no afastamento de Patriota do cargo. Em seu lugar, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo assumiu o Itamaraty até o final do primeiro mandato.

4. Conclusão

De uma forma geral, a política externa da Presidente Dilma se diferenciou da de Lula, principalmente, por ser menos atuante, ativa e dinâmica. Embora tenha mantido certa base deixada por seu antecessor e lhe dado continuidade, Dilma não tinha a mesma visão de política internacional e vontade de projeção maior do Brasil no mundo que Lula e seu chanceler, Celso Amorim.

O segundo mandato de Lula não apenas deu continuidade ao primeiro mas também consolidou as diretrizes da política externa do Presidente e de seu Ministro das Relações Exteriores. A integração-sul americana e as relações do Brasil com seus vizinhos melhoraram em relação ao primeiro mandato. O Brasil continuou a buscar alcançar maior protagonismo no cenário internacional. Isso não só em temas como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, mas também por outras duas formas. Foram elas: 1) fortalecer suas relações com outros países, por meio do diálogo Sul-Sul; 2) se posicionar diante das crises internacionais, como a do Irã e a do Oriente Médio, buscando contribuir para que uma solução fosse possível. Nem sempre a participação brasileira em crises internacionais foi tão bem sucedida. Na crise em Honduras, por exemplo, a diplomacia brasileira, ao permitir que Zelaya fizesse comício dentro da embaixada, acabou agravando a situação diante dos militares hondurenhos. Mas, de uma forma geral, a participação do Brasil nas crises internacionais reforçou a ideia de que país se tornara um ator-global. A diplomacia brasileira também obteve êxito ao mostrar que era possível negociar e chegar a uma

solução, a exemplo do Irã, embora na época o acordo não tenha tido o apoio necessário por partes das potências mundiais. O segundo mandato de Lula também teve um maior entendimento com os Estados Unidos, principalmente após a chegada de Obama à presidência daquele país; e costuma ser lembrado pelo paradigma Logístico, em que o Estado intensifica o diálogo com setores dinâmicos da sociedade e recupera o planejamento estratégico na busca do desenvolvimento e da inserção internacional. O que não significa que, em todo o Governo Lula, não tenha ocorrido eventualmente desentendimentos com esses setores, a exemplo da Fiesp, que contestava o apoio do Brasil à China ainda no primeiro mandato. Este é um exemplo de que o diálogo com os setores dinâmicos da sociedade não estava completamente consolidado mas, da forma como foi feito, contribuiu significativamente para a formulação de uma estratégia de inserção internacional.

No primeiro mandato de Dilma, houve continuidade dos temas tratados por Lula, mas o ímpeto diminuiu consideravelmente. Fatores internos, como a falta de diálogo com os diferentes setores da sociedade, de inovação e de uma política de comércio exterior, bem como os poucos recursos destinados à pasta das Relações Exteriores, o papel mínimo da assessoria de Marco Aurélio Garcia e a má relação de Dilma com o chanceler Antônio Patriota acabaram comprometendo a ideia de uma inserção internacional planejada e mais ampla. A falta de envolvimento do Brasil nas questões internacionais, a exemplo da crise na Ucrânia, também acabou fazendo com o país perdesse muito protagonismo. A política externa de Dilma ainda mostrou especificidades – reaproximação com os Estados Unidos e ênfase no tema dos direitos humanos – e obteve alguns sucessos, como a escolha de José Graziano para Diretor-Geral da FAO e a de Roberto Azevedo para Diretor-Geral da OMC. Mas é pouco diante das oportunidades perdidas. E o argumento levantado durante a crise ucraniana de que o Brasil não deve se meter em assuntos de países longínquos vai totalmente contra a ideia de uma diplomacia participativa em assuntos globais que marcou o Governo Lula. Assim, no primeiro mandato de Dilma, o paradigma Logístico e o Brasil como ator-global entraram em declínio. A política externa “altiva e ativa”, como definida por Celso Amorim, não se manteve. Diante de tudo isso, a Presidente Dilma teria, em seu segundo mandato, a necessidade de reavaliar a política externa brasileira.

Bibliografia

AMORIM, Celso. A Reforma da ONU. **IEA/USP**. 1998. Disponível em:
<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/amorimonu.pdf>>

Acesso: 24/09/2016

BARBOSA, Rubens. A Política Externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul. **Interesse Nacional**, ano I, n. 1, abril/junho 2008.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, AMADO Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2011

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 2014, vol 57, n.2 [cited 2015-01-31], p. 133-151. Disponível em:

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjF-OzZkbPQAhUEHZAKHfTfAewQFggbMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Frbpi%2Fv57n2%2F0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf&usg=AFQjCNEZxu6kuQ1NC5e1xUH6ma5iOfUAuw&sig2=H1uiB5m9d9EFmOfKfT7y-A>>

Acesso: 18/11/2016

DINIZ, Eugênio. O Brasil e as Operações de Paz. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (org). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006, 2 v, p. 303-337.

Discurso de Lula no Congresso Nacional. Folha de São Paulo. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>

Acesso: 06/06/2016

ESTADÃO. **Marco Aurélio Garcia passa a ter status de secretário executivo**. 2011. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marco-aurelio-garcia-passa-a-ter-status-de-secretario-executivo,709040>>

Acesso: 28/02/2017

FOLHA DE SÃO PAULO. **Discurso de Lula no Congresso Nacional**. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>

Acesso: 06/06/2016

_____. **Itamaraty perde espaço no Orçamento**. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/12/1566948-itamaraty-perde-espaco-no-orcamento.shtml>>

Acesso: 28/01/2017

JÚNIOR, José Romero Pereira. **O Brasil e as operações de paz: uma reflexão**. Revista de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília. N.1, Ano 1, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. Política Externa. In: PINSKY, Jaime (org). **O Brasil no Contexto: 1987-2007**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARIN, Denise Chrispim. **Itamaraty ganha 900 diplomatas na era Lula**. O Estado de São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/335361/noticia.htm?sequence=1>>

Acesso: 28/01/2017

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PARAGUASSU, Lisandra. **Relação entre Dilma e Patriota sempre foi conturbada**. Exame.com. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/relacao-entre-dilma-e-patriota-sempre-foi-conturbada/>>

Acesso: 28/01/2017

PINHONI, Marina. **Falta de “pulso” ajudou em queda de Patriota**. Exame.com. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/os-erros-que-contribuiram-para-queda-de-patriota/>>

Acesso: 28/01/2017

ROSSI, Clóvis. **O Brasil demite-se do mundo**. Folha de São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/157270-o-brasil-demite-se-do-mundo.shtml>>

Acesso: 28/01/2017

UOL. **As viagens de Lula em 8 anos de governo**. 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/infograficos/2010/12/31/as-viagens-de-lula-em-8-anos-de-governo.htm>>

Acesso: 28/01/2017

_____. **Dilma viaja menos da metade do que Lula ao exterior**. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2015/01/21/dilma-viaja-menos-da-metade-do-que-lula-ao-exterior.htm>>

Acesso: 28/01/2017

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula.** São Paulo: Unesp, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization.** Vol 46, nº 2, 1992, p. 391-425.

Disponível em:

<<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2706858?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103777460063>>

Acesso: 24/09/2016